

PROCESSO DE AUTOURBANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO ANCHIETA GRAJAÚ: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA PENSAR INTERVENÇÕES EM FAVELAS

Self-urbanization process of the Anchieta Grajaú Occupation: a contribution to thinking about interventions in slums

Ana Clara Oliveira de Araújo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP); Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, São Paulo, Brasil

Cíntia Almeida Fidelis

Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP); Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, São Paulo, Brasil

Larissa Gabrielle Silva Norito Hiratsuka

Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, São Paulo, Brasil

Nunes Lopes dos Reis

Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, São Paulo, Brasil

Victor Martinez Corrêa e Sá

Universidade de São Paulo (USP); Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, São Paulo, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 10/10/2023

Aceito em 12/12/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p491-518>

Copyright (c) 2023 Ana Clara Oliveira de Araújo; Cíntia Almeida Fidelis; Larissa Gabrielle Silva Norito Hiratsuka; Nunes Lopes dos Reis; Victor Martinez Corrêa e Sá.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

ARAÚJO, Ana Clara O.; FIDELIS, Cíntia Almeida; HIRATSUKA, Larissa Gabrielle Silva Norito; REIS, Nunes Lopes dos; SÁ, Victor Martinez Corrêa e. Processo de autourbanização da ocupação Anchieta Grajaú: uma contribuição para pensar intervenções em favelas.

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 48, n. 260, p. 491-518, set./dez.,

2023. DOI: [https://doi.org/10.25247/2447-](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p491-518)

[861X.2023.n260.p491-518](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p491-518)

Resumo

Este texto pretende apresentar uma experiência de intervenção em favelas, com o processo de autourbanização desenvolvido na Ocupação Anchieta Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo, pela Associação de Moradores do Movimento Anchieta e pela assessoria técnica Peabiru TCA, com a colaboração de diferentes sujeitos e instituições. No âmbito da atuação desta entidade, essa forma de trabalho representa uma aproximação direta com favelas e ocupações que estão inseridas na reivindicação por moradia digna e na resistência a tentativas de remoções, configurando-se como instrumento de luta, mas também incidindo territorialmente com mudanças qualitativas nesses locais. No caso em epígrafe, o trabalho se estrutura a partir de um movimento de articulação comunitária para evitar a reintegração de posse e buscar alternativas para a regularização fundiária do assentamento, contexto no qual foi estabelecida a parceria com a Peabiru. Após a realização de levantamentos, de reuniões de negociações com os proprietários e com o poder público e da elaboração de um plano geral de urbanização, foram iniciadas intervenções físicas na ocupação, com a demarcação de lotes, o deslocamento de famílias e a construção de casas-embrião, que se inserem na experiência denominada de autourbanização. Esse processo é relatado no texto, revelando potencialidades, limites e contradições que buscam contribuir para avançar na elaboração de formas de intervenção em favelas e na constituição de políticas públicas que abranjam esta demanda.

Palavras-chave: autourbanização. assessoria técnica. intervenção. favelas. Ocupação Anchieta Grajaú.

Abstract

This text presents an experience of intervention in slums, through a self-urbanization process in Ocupação Anchieta Grajaú, located in the south area in the city of São Paulo, developed by the Movimento Anchieta resident's association and the technical advisement Peabiru TCA, with the collaboration of different subjects and institutions. Within the scope of this organization's activities, this line of work represents a direct approach with slums and occupations that are inserted in the demands for decent housing and against removal attempts, which is configured as an instrument of struggle but also affecting territorially with qualitative changes. In the case in question, the work is structured from a community articulation movement to avoid repossession and think about alternatives to land regularization, context in which the partnership with Peabiru was established. After carrying out surveys and negotiating meetings with owners and public authorities and the elaboration of a general urban plan, physical interventions were started in the occupation, with plot demarcation, displacement of families and construction of embryo houses, that are inserted in the experience nominated of self-urbanization. This process is reported in this text, revealing potentialities, limits and contradictions which seek to contribute to advancing in developing forms of intervention in slums and to create public policies that cover this demand.

Keywords: self-urbanization. technical advisement. intervention. slums. Ocupação Anchieta Grajaú.

HISTÓRICO DE UMA ATUAÇÃO EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Este texto pretende abordar reflexões acerca do trabalho realizado em uma ocupação horizontal de moradia, denominado de autourbanização, desenvolvido na Ocupação Anchieta Grajaú pela assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru TCA), que parte de uma experiência histórica da entidade com processos de urbanização de favelas. No primeiro momento, essa atuação ocorreu em parceria com o poder público na execução de políticas públicas de urbanização, e, mais recentemente, contribuindo com processos de luta e de resistência de favelas e ocupações sob ameaça de remoções, seja por processos de reintegração de posse, sejam por projetos de obras públicas. Em ambos, é possível identificar diversas potencialidades e inúmeros limites para a efetivação concreta do direito à moradia dessas famílias. As reflexões e inquietações sobre essas experiências, somadas ao contexto político e social da última década, nos trouxeram ao caso que será tratado com maior enfoque neste artigo.

A Peabiru TCA é uma entidade de assessoria técnica que atua no estado de São Paulo há 30 anos, sendo possível destacar, neste período, a participação em programas municipais de urbanização de favelas entre os anos 1990 e início dos anos 2000. Cabe colocar que estes programas foram construídos no âmbito de gestões municipais geridas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), onde as assessorias técnicas tinham um papel de estabelecer canais de diálogo com a população e “abrir as frentes”¹ para as obras de urbanização, que eram executadas por uma empreiteira contratada pelo poder público, e, em alguns casos, pelos próprios moradores, em formato de mutirão.

Ainda que se tratassem de projetos desenvolvidos em âmbito estatal, o volume de recursos era baixo e intermitente, dependendo de financiamentos internacionais e sem uma política pública de intervenção em assentamentos precários mais estruturada. Eram intervenções que se alongavam muito no tempo, e mesmo que viabilizassem a transição das famílias de um barraco construído com materiais precários e sem ligação com as redes de infraestrutura para uma casa em alvenaria em um lote urbanizado, mantinha-se uma situação de bastante vulnerabilidade nas comunidades. Dentre essas experiências

¹ A expressão se refere ao trabalho de viabilizar as condições necessárias para que o local possa receber as obras de urbanização.

históricas, podemos citar aqui os trabalhos realizados no bairro de Vila Olinda, na cidade de Diadema, e no bairro de Tamarutaca, na cidade de Santo André.

Já nos anos 2010, a Peabiru atuou no Programa de Aceleração do Crescimento — Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), que se tratou de programa federal de urbanização de favelas que prometia uma política de intervenção integral, com urbanização, provisão habitacional, oferta de equipamentos públicos e regularização fundiária. Os recursos a serem investidos pelo governo federal nos assentamentos eram muito mais volumosos que qualquer programa anterior, assim como a abrangência dessas propostas. A expectativa era de que, finalmente, teríamos um programa público de urbanização capaz de “integrar” as favelas à “cidade formal”. Outra característica do PAC-UAP era a de que os investimentos deveriam cumprir, dentre outras normativas, a Lei de Licitações², que demandava, para a contratação dos trabalhos, que a prefeitura apresentasse projetos de arquitetura e de engenharia, em nível básico, e orçamentos para a totalidade da urbanização, além de fazer todos os processos de licenciamento urbanísticos e ambientais previamente.

A experiência da Peabiru neste programa se deu com dois projetos junto à Prefeitura de São Bernardo do Campo, o Capelinha/Cocaia e o Batistini³:

O projeto dos núcleos Capelinha/Cocaia, com 900 domicílios, teve início em 2011 e durou três anos. Compreendeu levantamentos das precariedades habitacionais casa a casa, diagnósticos sociais, urbanísticos e ambientais, projetos urbanísticos e arquitetônicos, projeto de trabalho social e orçamentos para viabilizar a captação de recursos junto ao governo federal e para a licitação de obras.

[...]

O projeto no assentamento Batistini, com 1200 domicílios, foi iniciado em 2014 e seguiu o mesmo ritual do Capelinha/Cocaia. Nesse caso, a Peabiru também assumiu todo o processo de selagem e cadastro socioeconômico, realizado de forma articulada aos levantamentos de precariedades. (Reis et. al., 2019, p. 180-181)

No caso do projeto Capelinha/Cocaia, uma construtora chegou a ser contratada e executou as obras de urbanização e das unidades habitacionais previstas para a área do

² Lei Federal Nº 8.666/1993.

³ As experiências citadas foram relatadas anteriormente por Nunes et al (2019), no livro *Dimensões do Intervir em Favelas*.

Cocaia, caracterizado por ser um núcleo pequeno e ainda com muitos terrenos vazios. Na Capelinha, foram executadas as obras de infraestrutura e, em 2015, a prefeitura fez um novo contrato com a Peabiru para revisar o projeto urbanístico e de provisão habitacional. Este primeiro projeto, portanto, foi parcialmente executado; no caso do Batistini, as obras sequer foram iniciadas.

A reflexão que ficou, a partir dessas experiências, é que foram processos de muito investimento em levantamentos, diagnósticos, licenciamentos e elaboração de projetos. Trabalho que, em alguns casos foi totalmente descartado e, em outros, ou foi parcialmente perdido por conta da dinâmica muito acelerada de transformação desses territórios, ou, quando executados, necessitaram de novas revisões de projetos para atualizar os mesmos às condições objetivas de execução.

Ainda na década de 2010, a Peabiru iniciou uma aproximação direta com favelas e ocupações que vinham se organizando para resistir a processos de remoção protagonizados, ora pelo Estado, por meio da proposição de obras públicas que previam remoções, ora por meio de processos de reintegração de posse protagonizados pelos proprietários da terra onde os assentamentos se encontravam. Vale destacar, entre essas experiências, o Plano Alternativo Popular de Urbanização da Favela da Paz, em 2013, um trabalho que não envolveu a produção de projetos, e sim a elaboração – junto aos moradores e movimentos sociais – de alternativas contra a remoção total das famílias.

Outra experiência importante no período que se seguiu foi o Plano Popular do Jardim União, desenvolvido em 2017, em um assentamento que ocupa uma área da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), no extremo sul da cidade, no distrito do Grajaú. Para este trabalho, a Peabiru chegou a elaborar e aprovar, junto às famílias, um plano geral de urbanização, que serviu, em um primeiro momento, para defender junto à CDHU e demais agentes públicos, a permanência da ocupação, e, num segundo momento, utilizado como referência para que as lideranças comunitárias conduzissem um processo autônomo de parcelamento do solo, por meio da marcação de lotes em áreas ainda vazias e previstas para a execução de lotes do plano, com consequente deslocamento das famílias para os mesmos. Entre 2017 e 2018, a comunidade conseguiu modificar completamente o tecido urbano do assentamento e abrir caminho para as obras de infraestrutura que vieram em seguida.

Estes dois últimos exemplos marcam um posicionamento na forma de atuar da Peabiru, reforçando seu papel enquanto parceira de favelas e ocupações, diferindo-se das experiências do PAC-UAP, e mesmo do período de atuação junto às prefeituras de Diadema e Santo André, onde o diálogo com a comunidade ocorria a partir da contratação pelo poder público municipal. Nas experiências mais recentes, o início do trabalho foi feito com as associações de moradores dessas comunidades, e, a partir delas, com diferentes agentes do poder público, com o objetivo de garantir a permanência desses assentamentos e viabilizar as obras de urbanização, provisão e melhorias habitacionais. Por outro lado, isso não se deu apenas por uma opção política da instituição, visto que essas experiências são também fruto de um contexto político e social de (1) redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais, em particular às políticas de habitação e urbanização; (2) encarecimento massivo de aluguéis e do custo de vida geral nas cidades; e (3) empobrecimento expressivo da população. Esses fatores inviabilizaram ainda mais a permanência da população mais pobre nas áreas consolidadas da cidade, e fomentou o surgimento de ocupações nas regiões cada vez mais distantes dos pólos de trabalho, equipamentos e infraestrutura urbana.

Ao observar para essas experiências em três décadas, é possível verificar que, se na atuação junto às prefeituras a assessoria técnica aparecia como um agente contratado, que estabelecia um diálogo intenso com a população e ia viabilizando as obras em um esquema quase artesanal de reorganização daquele espaço sem uma política mais estruturada e integrada de urbanização, a experiência do PAC-UAP apresentou um método de intervenção que não conseguia dialogar com o dinamismo e as emergências desses locais. Por fim, essa atuação mais recente, em parceria direta com as associações e movimentos locais, revela-se como um deslocamento importante para fortalecer as lutas dos moradores e viabilizar projetos de urbanização que estejam mais próximos dos seus interesses. No entanto, a ausência do Estado nesta relação torna o trabalho complexo e cheio de percalços, devido a falta de recursos que possibilitem sua execução.

O histórico apresentado, bem como o processo que será abordado com mais detalhes nos tópicos que se seguem, demonstram que é preciso viabilizar políticas públicas de urbanização que passem pelo (1) estabelecimento de uma política de assistência técnica de atuação constante nos territórios, que possa ser executada por entidades sem fins lucrativos em parceria com as lideranças locais na elaboração de planos e projetos, e no

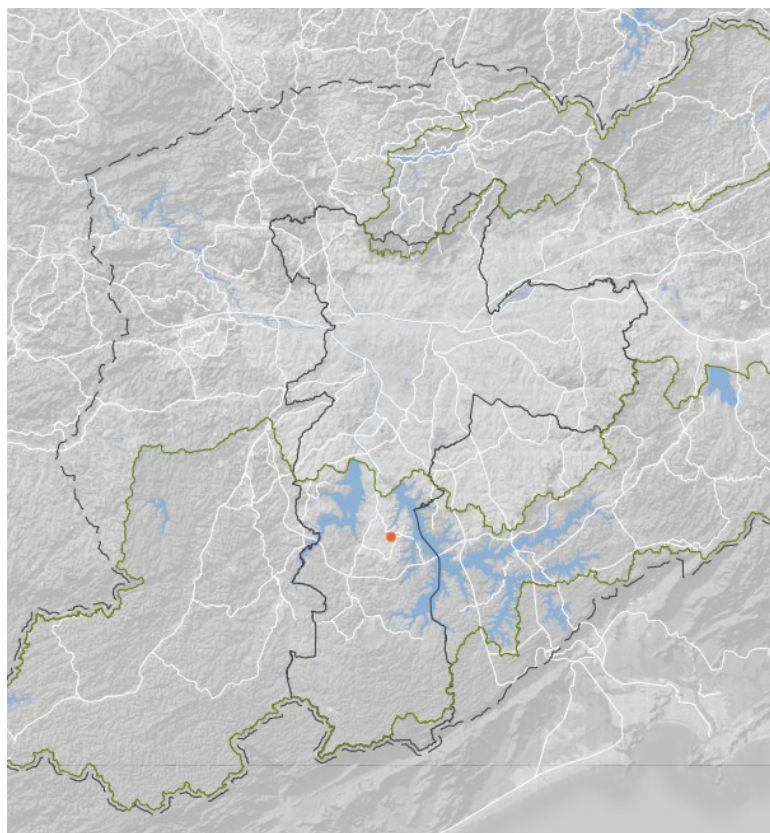
acompanhamento das obras de urbanização; e (2) recursos para projetos e obras a serem desenvolvidos por etapas, no tempo e no espaço, que viabilizem uma melhoria constante dos territórios, sem a ilusão de resolver o problema de uma só vez. Tendo este panorama, espera-se que o artigo possa contribuir para pensar as possibilidades de intervenções em favelas e ocupações.

ASSESSORIA TÉCNICA À LUTA POR MORADIA DA OCUPAÇÃO ANCHIETA GRAJAÚ

A Ocupação Anchieta Grajaú (Figura 01) está localizada na zona sul da cidade de São Paulo/SP, no distrito do Grajaú, em região demarcada pela legislação como Área de Proteção aos Mananciais (APM) devido a proximidade com as represas Billings e Guarapiranga, que são responsáveis pelo abastecimento de água de cidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O terreno, de propriedade do Instituto Anchieta Grajaú (IAG)⁴, foi ocupado em 2013, por famílias que habitavam a região e enfrentavam dificuldades para arcar com os custos da moradia. Logo após a ocupação, o IAG entrou com uma ação de reintegração de posse, e diante das negociações para a permanência das famílias, foi constituída a Associação de Moradores do Movimento Anchieta, que conseguiu delongar o processo judicial e buscar alternativas para sua permanência, sendo neste contexto o início da parceria com a assessoria técnica Peabiru TCA.

⁴ O Instituto Anchieta Grajaú (IAG) é uma instituição privada sem fins lucrativos que realiza trabalhos sociais com crianças, adolescentes e famílias em condições de vulnerabilidade social, através da promoção de ações artísticas, culturais e socioeducativas.

Figura 01 – Localização da Ocupação Anchieta Grajaú na cidade de São Paulo/SP, círculo laranja no mapa, com indicação da Região Metropolitana de São Paulo (em cinza tracejado), e da Área de Proteção aos Mananciais (em verde).



Fonte: Hiratsuka (2023, p. 27).

A aproximação entre a associação de moradores e a Peabiru ocorreu através da indicação por parceiros — defensores públicos, advogados populares e a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) — que já tinham relação anterior com as duas entidades, como também pelo conhecimento da experiência prévia da assessoria técnica na realização de planos populares de urbanização, em especial o trabalho realizado na comunidade Jardim da União, experiência citada na introdução deste artigo. O início das atividades, em 2019, contou com financiamento da Universidade de Michigan⁵, que já era uma instituição parceira da ocupação, e concentrou-se na definição de estratégias para viabilizar a permanência das famílias. Para isso, decidiu-se pela realização de um

⁵ A Universidade de Michigan, através do Taubman College, vem desenvolvendo uma série de projetos em parceria com a Associação de Moradores do Movimento Anchieta, por meio da articulação feita pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP). Entre eles, financiou parte do trabalho inicial da Peabiru, para a realização dos levantamentos socioeconômicos e das diretrizes para a resolução do conflito fundiário e melhorias das condições de habitabilidade da ocupação.

levantamento socioeconômico, que visava compreender as condições dos moradores frente às possibilidades para regularização fundiária do assentamento e consolidação das moradias. A partir disso, verificou-se a impossibilidade de resolução do conflito fundiário através de transferência do imóvel na modalidade de compra, tendo então como parâmetro da política urbana a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S)⁶.

No levantamento socioeconômico, que foi realizado entre o final de 2019 e o início de 2020, foram identificadas 1.063 moradias, além de 47 comércios e 9 edificações institucionais. Em relação às moradias, verificou-se que possuíam uma área média de 50 m², um número médio de 2 a 3 cômodos por residência e 66,8% delas abrigavam até três moradores. Quanto às famílias, foi constatado que 91,9% delas tinham uma renda familiar de até três (03) salários mínimos. Sobre os responsáveis pelas moradias, observou-se que apenas 27,2% possuíam algum vínculo formal de trabalho e que 19,9% das famílias eram chefiadas por mães-solo, sendo 76,6% delas pretas ou pardas e com renda média familiar inferior a um (01) salário mínimo. Do total de moradores, 57,3% eram do gênero feminino e 46,3% do gênero masculino, além de 71,9% se autoidentificarem como negros (pretos e pardos).

Dadas as condições socioeconômicas verificadas, assim como um conjunto de vulnerabilidades relacionadas à presença de crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida e, também, à situação das moradias no que tange a insalubridade, ventilação e iluminação inadequadas, riscos de incêndio, alagamentos e deslizamentos, foi proposta a continuidade do trabalho de assessoria técnica através de um projeto de regularização fundiária e de urbanização do assentamento. Para tanto, foram realizadas uma série de negociações com a Coordenadoria de Regularização Fundiária (CRF), da Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo (SEHAB-SP), buscando definir o melhor caminho para assegurar a permanência das famílias, bem como para a resolução do conflito fundiário com o IAG. Representantes do instituto proprietário do terreno foram incluídos nas negociações

⁶ A Regularização Fundiária Urbana (REURB) é disposta pela Lei Nº 13.465/2017, e em seu artigo 9º explicita que “[...] abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes” (BRASIL, 2017, s/p). Já a REURB-S, é uma das modalidades desta lei, e tem como foco os núcleos informais ocupados por população de baixa renda classificados pelo poder público municipal, como expresso no artigo 13º (BRASIL, 2017).

e também nas discussões a respeito da urbanização da ocupação, nas quais se colocaram dispostos a participar da resolução da situação junto à associação de moradores.

No que tange à regularização fundiária, nas reuniões realizadas entre os agentes citados, além da advogada da associação de moradores, foi encaminhada a proposta de resolução do conflito fundiário através da aplicação de um instrumento da política urbana, que se trata da Transferência do Direito de Construir (TDC). Diante da impossibilidade de pagamento por parte das famílias, o IAG poderia comercializar o potencial construtivo do terreno em outra área da cidade e o espaço da ocupação passaria para a prefeitura, que ficaria responsável pelos trâmites para garantia da permanência das famílias, através de uma concessão de uso ou da transferência de propriedade. Nesta direção, em 2021, a CRF classificou o processo referente à Ocupação Anchieta como REURB-S, reconhecendo a predominância de uma população de baixa renda, além de levar em consideração que a área já havia sido gravada como Zona Especial de Interesse Social 4⁷ na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo⁸. Ademais, está em solicitação um pedido para divisão da matrícula do terreno, através do procedimento de demarcação urbanística, que visa separar a área da ocupação da área remanescente do IAG, onde está sua sede e outros equipamentos da ONG, e, posteriormente, tendo o TDC aplicado apenas no perímetro da comunidade.

Com relação à situação urbana e habitacional do assentamento, foi proposto um projeto de autourbanização, no qual os próprios moradores seriam responsáveis, em um primeiro momento, de executar as mudanças e deslocamentos territoriais indicados, com apoio da assessoria técnica. Em paralelo, foram realizadas reuniões com concessionárias de serviços urbanos, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), para implantação de um sistema de esgotamento sanitário, em substituição às fossas sépticas que são a principal forma de descarte de esgoto doméstico da ocupação. Mais recentemente, também foram estabelecidas conversas com o Programa Mananciais da Prefeitura de São Paulo, que desenvolve ações de urbanização e de regularização

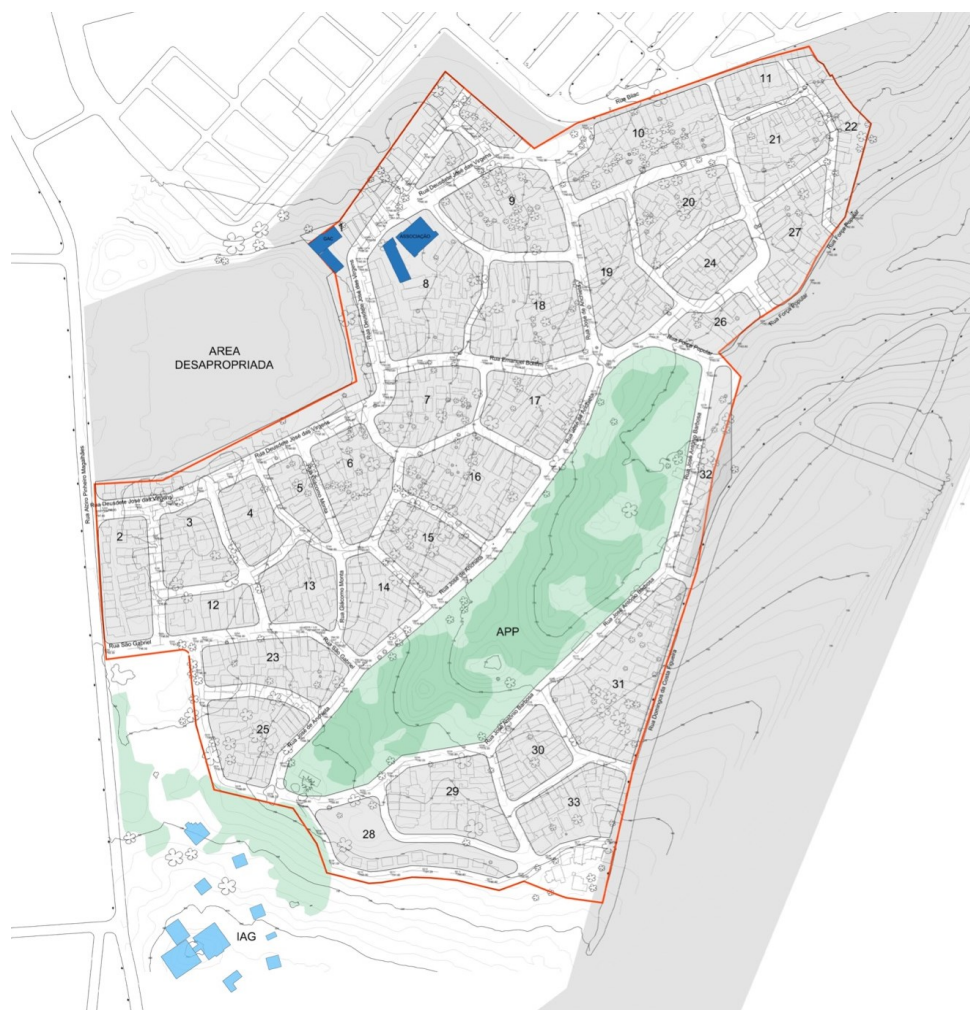
⁷ De acordo com o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (Lei N° 16.050/2014), a ZEIS 4 corresponde a "terrenos e glebas ociosas, não utilizadas ou subutilizadas, destinadas à produção de novas HIS destinadas às famílias a serem realocadas que vivem em áreas de risco ou de preservação permanente localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental." (SÃO PAULO, 2014, s/p)

⁸ Lei Municipal N° 16.402/2016.

fundiária em favelas e loteamentos irregulares na região das bacias das represas Billings e Guarapiranga.

Em meio às negociações para urbanização e regularização fundiária, a Peabiru desenvolveu um plano geral de urbanização para a Ocupação Anchieta (Figura 02), que leva em conta, para além dos lotes, a reserva de áreas para alargamento do sistema viário, para espaços livres e para a preservação ambiental da Área de Proteção Permanente (APP) existente dentro do terreno. O redesenho dos lotes e a definição das quadras buscou respeitar a conformação do espaço, mas, ao mesmo tempo, considera as linhas de drenagem do terreno e a necessidade de abertura dos lotes para uma via pública, que é um dos fatores que os torna passíveis de regularização fundiária. Para manter toda a população levantada, foram estabelecidos lotes de 60m² – com medidas de 4x15m, 5x12m e 6x10m –, sendo atribuído um para cada moradia contabilizada no levantamento socioeconômico e das construções, fato que demanda que as famílias incorporem seus comércios e instituições dentro do próprio do lote habitacional.

Figura 02 – Primeiro desenho proposto para o plano geral de urbanização da Ocupação Anchieta. Em vermelho, a delimitação da área ocupada.



Fonte: elaborado pelos autores (2020), baseado em Peabiru TCA (2020).

As diretrizes para elaboração do plano geral de urbanização foram discutidas em reuniões periódicas realizadas com um grupo de lideranças comunitárias, que se colocou à frente do processo de urbanização no diálogo com a assessoria técnica. Esse grupo foi dividido em quatro subcomissões para encaminhar questões específicas relacionadas às demandas de obras, de atendimento social das famílias, de comunicação sobre as atividades e de meio ambiente. Esse foi o arranjo com o qual foi iniciado o processo de demarcação de lotes e de deslocamento das famílias, que começou em 2021, ainda no período da pandemia da Covid-19, tendo em conta uma reivindicação da associação de moradores para a acelerar o processo e conter avanço das construções realizadas pelos moradores fora do limite dos lotes do plano. O formato dessa etapa do trabalho da Peabiru,

os instrumentos, as técnicas e os métodos definidos para sua implementação serão discutidos no tópico a seguir.

A AUTOURBANIZAÇÃO COMO UMA FORMA PARA INTERVIR EM FAVELAS

A proposta de um projeto de autourbanização na Ocupação Anchieta foi resultado de um conjunto de fatores, que incluem a urgência da comunidade em melhorar seu contexto urbano e habitacional, a escassez de políticas públicas para intervenção em favelas nos últimos anos, assim como as negociações em curso para regularização fundiária, que estão associadas com a urbanização do assentamento. Como dito, a procura da associação de moradores pela Peabiru ocorreu pela indicação de parceiros e pela experiência prévia da entidade, mas também pela insatisfação das lideranças com outras opções para resolução do conflito fundiário através de empresas sociais, visto que este formato não abrangia a transformação das condições de ocupação verificadas⁹. Neste sentido, a atuação da assessoria técnica previa a realização de um processo dialogado com as lideranças comunitárias, os moradores, o IAG e os demais apoiadores, com a intenção de desenvolver um trabalho que garantisse a participação popular e o fortalecimento da luta por moradia digna da comunidade.

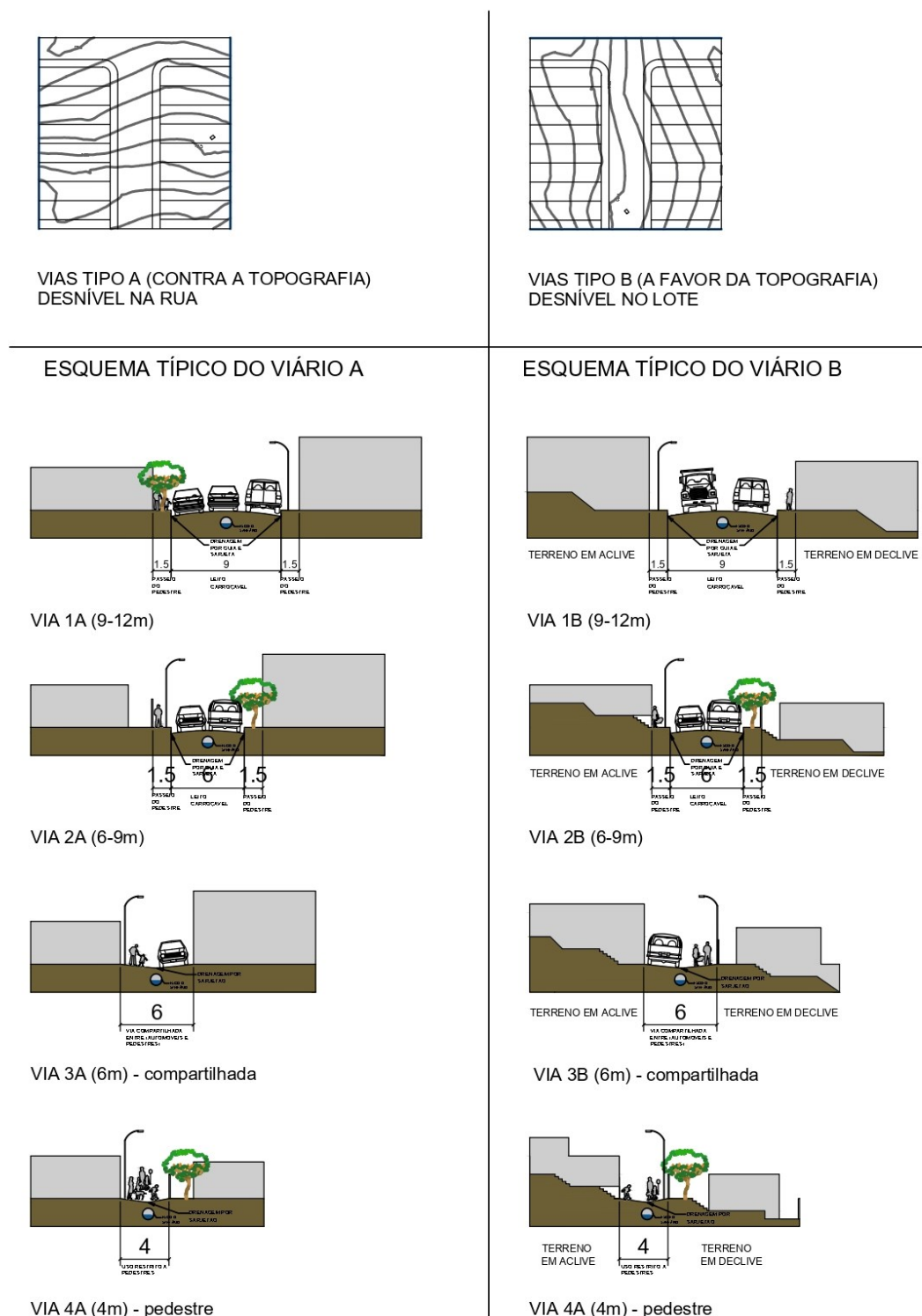
A estruturação do trabalho partiu da indissociabilidade entre quatro ações que deveriam ocorrer simultaneamente: a urbanização, a regularização fundiária, a melhoria das condições de habitabilidade e a garantia da posse. Além destas, outros dois princípios guiaram o início da atuação na ocupação, que são a autogestão, que considerou a associação de moradores como legítima representante das famílias e buscou instrumentalizá-la para decidir as melhores propostas para o conjunto de moradores; e o processo de urbanização por etapas (Peabiru TCA, 2020). Este último está inserido no mais recente marco regulatório de regularização fundiária, a Lei N° 13.465/2017, que aponta que

⁹ Segundo relato das lideranças comunitárias, houve uma proposta de uma empresa que buscava resolver o conflito fundiário através de um acordo de compra e venda entre os moradores e o proprietário. A empresa faria um levantamento da área ocupada por cada família e faria um cálculo do valor a ser pago por aquela área, recebendo um percentual desse valor. Nesse formato, havia o risco de que uma parte considerável das famílias ficasse de fora por conta da alta vulnerabilidade social, como, posteriormente, ficou demonstrado no levantamento socioeconômico realizado pela Peabiru.

“a REURB pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial” (Brasil, 2017).

Para viabilizar o início das transformações ensejadas pelos moradores, foi elaborado o plano geral de urbanização, em diálogo com as lideranças comunitárias, de acordo com os critérios abordados no tópico anterior. A elaboração deste plano considerou parâmetros urbanísticos mínimos, estabelecendo uma hierarquia no sistema viário que inclui ruas em larguras diferentes, para passagens de pessoas, de carros e de ônibus e de veículos de grande porte, como ambulâncias e corpo de bombeiros, assim como a definição de raios de curvatura para as vias (Figura 03). Ao mesmo tempo, coube considerar que a intervenção proposta estava sendo pensada para um território ocupado por construções, e não para um espaço livre, o que demandou a adaptação da execução do plano para essa realidade.

Figura 03 – Esquema proposto para a hierarquia do sistema viário



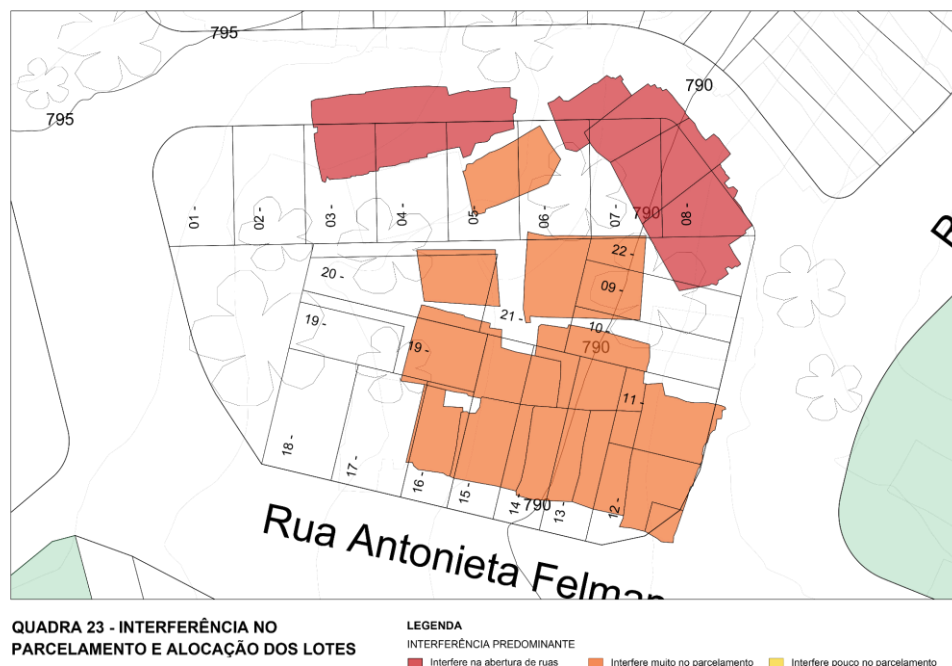
Fonte: Elaborado pelos autores (2020), baseado em Peabiru TCA (2020).

Como já dito, no que tange à ocupação dos lotes previstos nas quadras do plano geral de urbanização, foi definido que cada um seria atribuído à uma moradia identificada no levantamento socioeconômico e das construções, que somavam 1.063 unidades. Essa foi

uma diretriz seguida para elaboração do plano, que visou garantir o atendimento da totalidade das famílias que estavam morando no período do cadastramento dentro do próprio perímetro do terreno ocupado. A partir disso, chegou-se à solução de lotes de 60m², distribuídos em 29 quadras, e cuja demarcação e deslocamento das moradias para as áreas definitivas seriam realizados pelos próprios moradores, a partir do processo intitulado de autourbanização, desenvolvido conjuntamente entre assessoria técnica, associação de moradores, lideranças comunitárias e famílias ocupantes.

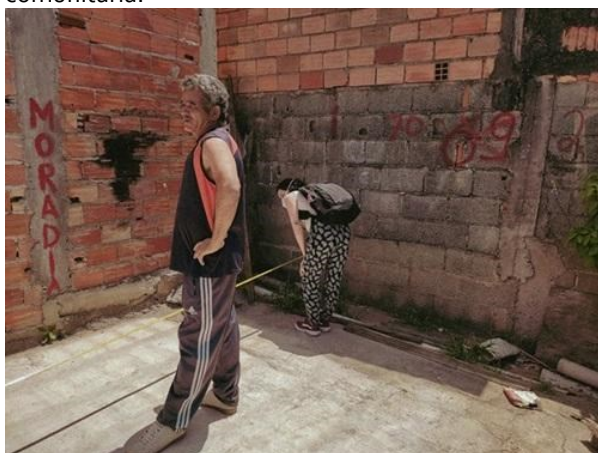
Em 2021, após a elaboração do plano, iniciou-se a execução do mesmo, a partir de idas à campo pela equipe da Peabiru, acompanhada por lideranças comunitárias e participação das próprias famílias moradoras alocadas nos lotes. O processo teve início pela área do assentamento onde havia um muro que separa o terreno ocupado das casas com frente para a Rua Bilac, além de outro trecho de muro de divisa com a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Prof^a Lia Maria dos Reis, que compuseram marcos referenciais para realizar as medições necessárias para a conformação dos lotes. Vale ressaltar que a autourbanização da comunidade ocorreu por setores, ou seja, por quadras do plano geral de urbanização e suas poligonais de interferência nas moradias, que influenciam no perímetro de cada quadra (Figura 04). Assim, para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados marcos concretos da comunidade – como os muros –, bem como materiais como trenas, desenhos impressos cotados, tinta em *spray*, piquetes de madeira e também cálculos geométricos feitos *in loco*, já que nem sempre os desenhos davam conta das mudanças ocorridas na comunidade no intervalo entre o levantamento por foto aérea, de 2019, e o início da medição dos lotes, em 2021 (Figura 05 e 06). Além disso, mesmo depois das marcações, os desenhos de cada quadra do plano foram revisados inúmeras vezes, exatamente pelo fato de que ele em si não dá conta de acompanhar as transformações na produção do espaço da ocupação.

Figura 04 – Planta com parcelamento em lotes e classificação das construções de acordo com sua interferência em lotes vizinhos e no sistema viário



Fonte: Elaborado pelos autores (2023), baseado em Peabiru TCA (2023).

Figura 05 – Marcação de lote no muro que separa a ocupação das casas da Rua Bilac. Na foto, Larissa, arquiteta e urbanista da Peabiru, e Abelha, liderança comunitária.



Fonte: Arquivo dos autores (2022).

Figura 06 – Marcação do comprimento de um lote por dentro de um barraco. Na foto, Nunes, arquiteto e urbanista da Peabiru.



Fonte: Arquivo dos autores (2022).

Cabe ressaltar que a manutenção da equipe em campo contou com recursos próprios da assessoria, e, a partir de 2022, foi viabilizada também por meio de editais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que fomentam ações de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). A Peabiru foi contemplada com três editais nos

últimos dois anos, sendo dois do CAU de São Paulo (CAU-SP), em 2022 e 2023, e um nacional, do CAU-BR. Neste sentido, até então nunca foi cobrado das famílias ou da associação de moradores algum pagamento para realização do trabalho técnico, que foi financiado através de editais de chamada pública ou mesmo com meios próprios da assessoria.

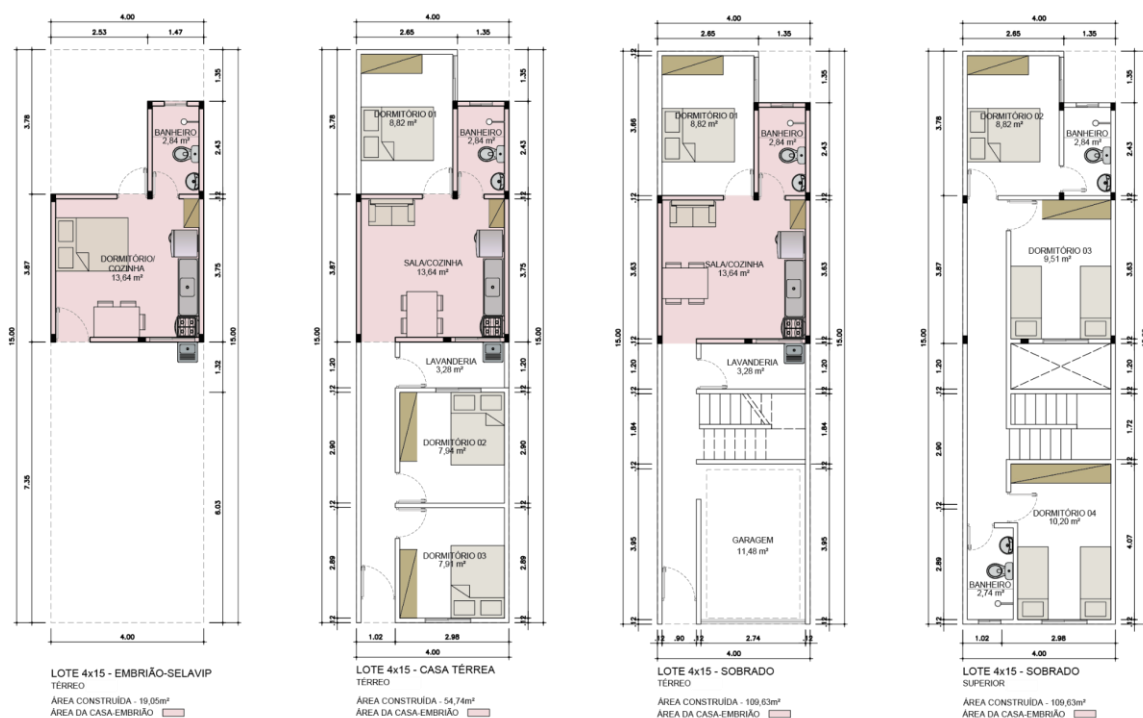
Do ponto de vista da organização comunitária, o processo de autourbanização contou com uma comissão de frente, composta por lideranças locais e também pela associação de moradores, com o intuito de dialogar, à princípio quinzenalmente, sobre as demandas cotidianas da marcação de lotes e ruas, bem como dos deslocamentos das moradias, que nem sempre se davam de forma pactuada com as famílias, o que exigia estratégias de negociação e mediação de conflitos por parte de todos os sujeitos envolvidos. Entretanto, como será desenvolvido mais adiante, ao longo do processo tal formato organizativo encontrou seu esgotamento e esvaziou-se, o que tornou mais difícil a continuidade do trabalho.

A demarcação de lotes tendo como referência o muro que abrangia desde as casas da Rua Bilac até a EMEF, também foi estratégica do ponto de vista de viabilizar a configuração de uma das principais vias do projeto, a Rua Deusdete José das Virgens, que liga o território à duas vias importantes do entorno, a Rua Alziro Pinheiro de Magalhães e a já citada Rua Bilac. Após essa primeira etapa do trabalho, durante os anos de 2022 e 2023 foram abertas novas frentes de marcação de lotes e de ruas, com incidência em oito (08) quadras do plano geral de urbanização. Para realização desta nova parte do processo, houve a contratação de um topógrafo para marcação de pontos de frente de lote e de eixo de ruas, sempre feitos no chão e com corpos de prova de concreto e pregos, o que facilitaria o trabalho posterior de todos os envolvidos nas marcações.

Desde 2022, a assessoria técnica também desenvolve um projeto de construção de 40 casas-embrião de alvenaria com estrutura em concreto armado, de 20 m², com um cômodo e banheiro, já inseridas nos lotes definitivos do plano (Figura 07). O financiamento é feito por meio de edital da ONG Servicio Latinoamericano, Africano y Asiático de Vivienda Popular (SELAVIP), que contempla a compra de material de construção para execução das moradias, tendo como contrapartida a construção da moradia por meio de ajuda mútua. Tal proposta de trabalho surgiu com o intuito de acelerar o processo de deslocamento das famílias, garantindo-lhes uma construção mais segura, já que grande parte das moradias da

comunidade é feita de madeira e outros materiais precários, e contava com supervisão técnica das obras, além da possibilidade de ampliação horizontal e vertical da construção.

Figura 07 – Projeto da casa-embrião com suas possibilidades de ampliação na horizontal e na vertical para o lote padrão de 4x15m.



Elaborado pelos autores (2022), baseado em Peabiru TCA (2022).

Para realizar este conjunto de ações, a dimensão da técnica, do ponto de vista dos instrumentos e conhecimentos específicos sobre arquitetura, urbanismo, engenharia e temas afins, não dá conta por si só das demandas e urgências impostas pelo cotidiano da vida no território. Neste sentido, habilidades de diálogo, negociação e mediação se tornam fundamentais para a prática que se propõe a ser participativa-popular (Figura 08), e para o trabalho que confronta os seus limites de realização diante das ausências de condições básicas de subsistência e vivência digna por parte dos sujeitos da comunidade. Dessa forma, o ato de autourbanizar adquire dimensões que extrapolam o cumprimento programático de demandas subsumidas em linhas e geometrias que conformam o desenho do plano, e que caminham para uma necessidade intrínseca da lógica do trabalho desenvolvido, e que lhe é constitutivo, que se trata do encontro com o conflito e com a contradição da realidade social e de suas práticas. A marcação de lotes, especialmente, por se dar em um território

adensado com construções, que, na maior parte dos casos, não coincide com o plano geral, exige conversas coletivas, revisões de desenho, bem como conversas individuais com as famílias, para pactuar prazos, explicar o desenho e o limite do lote e assessorar sobre a demolição parcial ou total da construção (Figura 09).

Figura 08 – Assembleia geral do projeto de auto-urbanização.



Fonte: Arquivo dos autores (2022).

Figura 09 – Reunião de quadra com os moradores da área para explicar e mostrar a alocação nos lotes do plano geral de urbanização



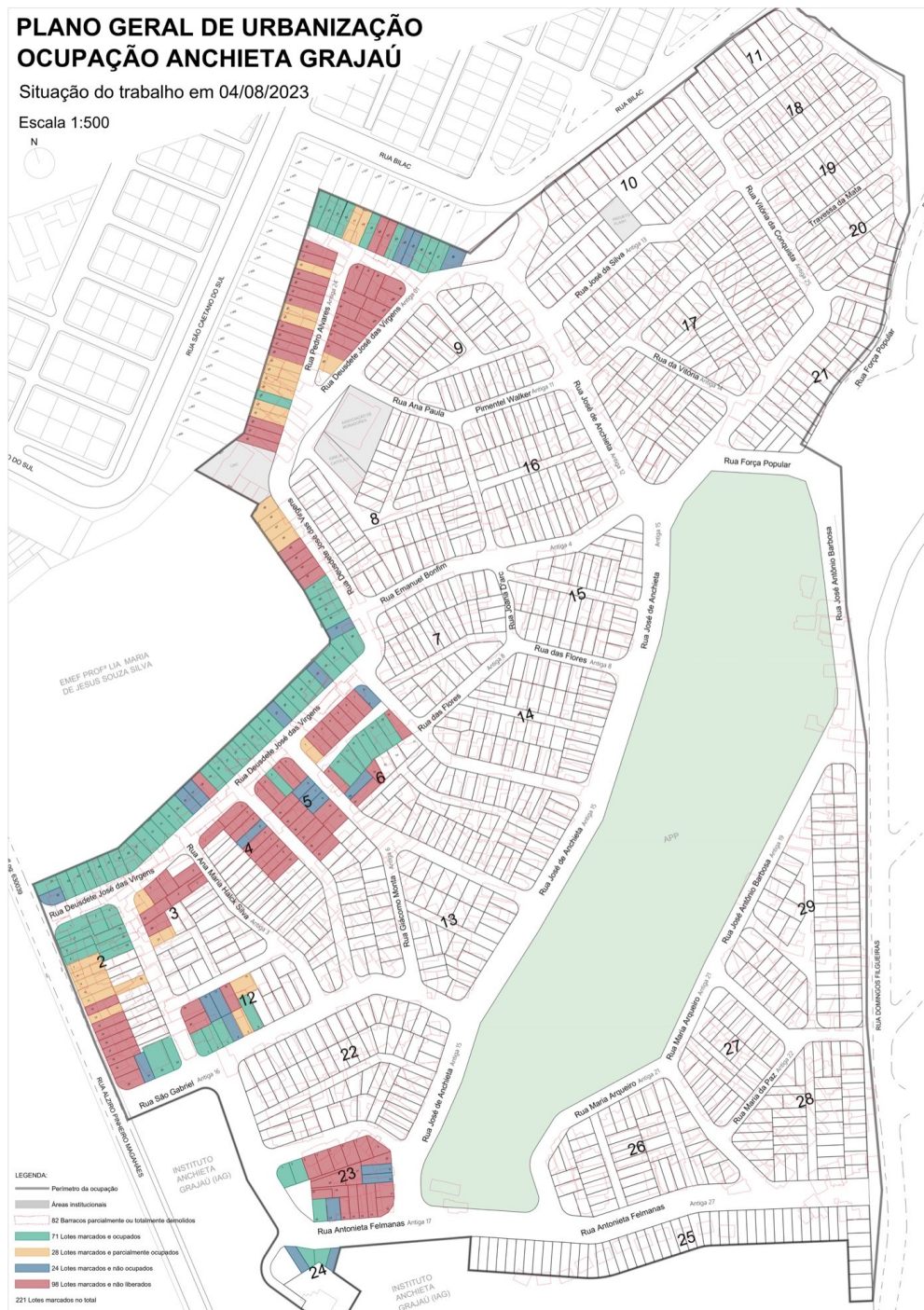
Fonte: Arquivo dos autores (2022).

A temporalidade deste processo, que foi realizado até então sem nenhum investimento público, se dá de forma lenta, pois depende exclusivamente da movimentação de cada família. Quase na totalidade dos casos, as construções não coincidem com a delimitação de seu lote definitivo, ou seja, impactam e interferem em lotes vizinhos ou até mesmo nas ruas previstas no desenho do plano, e quando uma família não se movimenta, ela acaba afetando a movimentação de todo um agrupamento de construções vizinhas. Por esses fatores, o prolongamento do processo acarreta em um esgotamento das partes envolvidas, e, especialmente, um questionamento por parte dos moradores acerca do trabalho desempenhado.

Dados levantados em agosto de 2023 demonstraram que, mesmo frente às limitações de recursos materiais e humanos, o processo de autourbanização realizou a marcação de 221 lotes na comunidade. Destes, 71 foram ocupados; 28 parcialmente ocupados; 24 não ocupados e 98 não liberados (Figura 10). Com relação às casas-embrião, 36 das 40 foram entregues, e destas, apenas 4 foram ocupadas pelas famílias. Esses

números elucidam, em termos quantitativos, o alcance do trabalho realizado pela equipe técnica entre 2021 e 2023, ao mesmo tempo que também revelam apontam questões que se colocam em contraposição à execução do plano, cujos detalhes serão aprofundados adiante.

Figura 10 – Versão atual do plano geral de urbanização, apresentado em assembleia geral na ocupação em agosto de 2023.



Fonte: elaborado pelos autores (2023), baseado em Peabiru TCA (2023).

O TRABALHO NA CONTRADIÇÃO OU AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO: POTÊNCIAS E LIMITES DO PROCESSO DE AUTOURBANIZAÇÃO

Diante do processo apresentado, evidenciam-se situações que tensionam as possibilidades de efetivação do projeto como um todo. Neste ponto, é importante refletir a respeito das reais intenções e objetivos da construção desse tipo de ação conjunta para transformação espacial, que pode ser interpretada também, como produção social do espaço (Lefebvre, 2000). E, justamente através do destaque dado ao termo social, que se permite a interpretação de que o espaço é a representação das dinâmicas sociais lá presentes, e, assim, a maneira pela qual ele é conformado depende não apenas da ação de um sujeito, mas sim das relações que são construídas e reformuladas no constante processo de ação sobre o território.

Cabe colocar que o processo de auto urbanização não se restringe à transformação física do assentamento, visto que as atividades relacionadas com sua execução incidem nas dinâmicas sociais existentes, propondo mudanças que nem sempre são bem vistas pelos moradores, pois interferem em formas de uso e de ocupação do espaço já sedimentadas. Esses tensionamentos demonstram a necessidade de um trabalho técnico social que esteja associado às mudanças urbanísticas e habitacionais, que impliquem no diálogo entre diferentes disciplinas, assim como a participação das lideranças e da comunidade como um todo nas ações. Apesar da execução do plano estar inserida em um contexto de melhoria das condições de vida das famílias, ela entra em confronto com as diferentes situações de precariedade vivenciadas pelos ocupantes, e demanda investimentos dos próprios moradores para o deslocamento de suas moradias para os lotes definitivos.

O desmonte e remonte de uma casa — ou barraco, como é popularmente chamado na ocupação —, requer tempo e dinheiro. Mesmo com a reutilização de quase todos os materiais em alguns casos, seu reuso implica na piora da qualidade da habitação, pois os madeirites, os pontaletes e as telhas quase sempre são danificados nesse movimento de desmonte e remonte das moradias. Além disso, o cenário de informalidade nas relações trabalhistas, implica que grande parte dos moradores da ocupação sobrevive de bicos, e, dificilmente, tem tempo livre durante a semana para reconstruir suas casas e colaborar com o projeto de autourbanização. Aqueles que não tem emprego, ou não conseguem bicos, não tem dinheiro para custear a realocação das suas casas, seja para a compra de materiais

que precisam ser trocados, ou para o pagamento de alguém que possa ajudar nesse processo.

Isso aponta para um questionamento constante da equipe no que tange aos sentidos do projeto de autourbanização e aos tensionamentos enfrentados na realização deste trabalho. Para os deslocamentos, a equipe técnica e a associação de moradores propuseram o estabelecimento de prazos e de compromissos com as famílias para realocação por meio do diálogo, que poderia ser interpretada como uma forma de pressão, especialmente dado o papel que a casa tem no cotidiano. A sugestão, por exemplo, de remoção de uma cozinha provisoriamente, afeta em muito o dia a dia da família, que terá que improvisar um outro local para cozinhar até que seu lote seja totalmente liberado.

Por outro lado, relaciona-se a isso outro ponto, que são as questões de compactuação coletiva das ações desenvolvidas no território. O projeto em si é viabilizado a partir de acordos, onde estão as intenções dos moradores, representados pela associação de moradores, sua realização junto à assessoria técnica e em diálogo com os proprietários do terreno – o Instituto Anchieta Grajaú. Entretanto, apesar das diversas reuniões e assembleias realizadas, a afirmação do compromisso com o projeto não é evidente para todos os moradores. A representação individual muitas vezes é posta antes das pactuações coletivas já mencionadas. A ação da família de mudar ou não para o lote, de remontar ou não a casa, são atos que partem de uma atitude individual e refletem na ação coletiva de transformação da quadra. E essa atitude individual pode representar profundo entrave se o morador não se sente inserido ou não legitima as pactuações coletivas feitas.

Mesmo os moradores dispostos a se mover e comprometidos com o projeto de autourbanização, ao perceberem a falta de garantias pela negativa de outro morador em seguir com as realocações, desencorajam-se a também fazê-las. Há casos em que a negativa é dada pela já citada falta de recurso das famílias. Há outros que são motivados pela resistência destas em aderir ao projeto, por não concordarem com o local em que foram alocadas; pelo lote do plano ser menor que a área ocupada em que moram; por exigências à associação e à assessoria de um número maior de lotes do que o acordado no projeto. Nesta trama, até mesmo conflitos locais, entre vizinhos, se tornam motivos para não aderir à realocação.

Em perspectiva, a concretização do processo de autourbanização é colocada em confronto com a consolidação espontânea do assentamento, que ocorre no interior das

dinâmicas socioespaciais apresentadas. Neste aspecto, em paralelo às frentes de trabalho de marcação de lotes e ruas, está a mercantilização da terra ocupada e suas construções. A compra e venda de áreas de um terreno ocupado se constitui como um “negócio” no interior da comunidade, e tem impacto direto nas dinâmicas postas, já que reforça e legitima a lógica de proprietários individuais e acirra a mercantilização das relações dadas. Mesmo que juridicamente haja um conflito fundiário em curso, e que a compreensão do poder público, da assessoria e do IAG seja de que haja muitas etapas até as famílias obterem a posse efetiva de seus lotes, é no imaginário e no cotidiano do lugar que isso se impõe, a partir do que está dado na prática social, em outros regimes de mediação da vida.

Em um contexto no qual as interações sociais não são fáceis, essa situação de disputa confronta-se com a necessidade de ações coletivas para realização do plano. Gabriel Feltran (2014) analisa a emergência de distintos regimes normativos nas periferias, e, que mesmo em constante tensão, encontram-se na regulação de mercados monetizados. Neste sentido, o dinheiro se torna a mediação entre grupos sociais e a lógica mercantil impera. Ao mesmo tempo, as formas de orientação da prática e irradiação de discursos se hibridizam no cotidiano, e produzem sínteses pouco esperadas se olhadas pela perspectiva isolada de cada normatividade, como colocado a seguir.

A assessoria não se encontra à parte do circuito de relações dado, e sim, atua na contradição e as encontra no dia a dia das ações que têm desenvolvido na ocupação. Vê-se assumindo o papel de pensar em realocações que não necessariamente sejam as mais convenientes para execução do desenho pensando, mas as que trazem mais segurança para os moradores que vão ser realocados, que reforça o papel do plano como uma proposição que pode ser alterada mediante discussões coletivas. A questão da não dependência da inação de um vizinho torna-se também questão de projeto. E dessa forma, são desenvolvidos complexos quebra-cabeças que articulam estratégias para reprodução do desenho no território com relações entre vizinhos e os regimes normativos que circulam no território, e a garantia de uma mínima segurança de não aumento da precariedade em função dos deslocamentos feitos. O processo não é simples.

Há outra dimensão relacionada a efetivação do plano, que são os recursos financeiros que possibilitam a continuidade de sua execução. A totalidade de sua implementação, no ritmo em que está sendo realizado, provavelmente levaria anos para ser concluída. Os recursos não são volumosos o suficiente para planejar a longo prazo a

implantação do projeto. Isso faz com que a aplicação dos recursos seja sempre pensada em função de etapas. Etapas essas que são difíceis de serem delimitadas, em função da complexidade da dependência do andamento do projeto com a possibilidade de ação das famílias, que podem estar dispostas, ou não, a serem realocadas nos lotes, como já explicado, bem como em função da falta de garantia da continuidade de recursos para essas ações.

Como já foi dito, parte considerável dos recursos que viabilizaram o trabalho da equipe na ocupação são provenientes do Conselho De Arquitetura e Urbanismo, tanto a nível estadual, quanto federal. Os CAUs são autarquias de personalidade jurídica de direito público, assim, não são uma instituição governamental, mas ao gerenciar recursos de contribuições da categoria profissional, de natureza parafiscal, ficam sujeitos às normas de administração pública. Os recursos advindos deles não estão relacionados à uma política pública, mas sim a uma resolução interna do conselho que prevê verba para iniciativas de assistência técnica¹⁰, que se dá, na maioria dos casos, através de editais de chamada pública.

Além das parcerias de fomento estabelecidas com o CAU, há também aquelas ligadas a emendas parlamentares que pretendem contribuir com o projeto de urbanização. Apesar do recurso ser público, a aplicação dele está muito mais relacionada à decisão de representantes do legislativo do que a integração a uma política ou programa público. O valor delas também não é significativo para uma intervenção estruturante no território e também não há garantia de continuidade na aplicação contínua desses recursos. Pensar um projeto de autourbanização sem dimensão dos recursos financeiros disponíveis e sem etapas claramente delimitadas contribuí para o cenário de incertezas relacionado ao projeto. Tais incertezas dificultam as pactuações necessárias para realização do projeto, que, por sua vez, também são dependentes da alocação de recursos financeiros para manutenção da equipe no território, assim como para a execução de obras. Cria-se a impressão que o projeto não é efetivo, considerando que não há perspectiva da realização

¹⁰ O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), bem como suas representações em cada estado (CAU/UFs) reservam 2% de sua receita para fomento de projetos de assistência técnica para habitação de interesse social, em conformidade com a Lei 11.888/2008.

completa do plano geral elaborado, assim como os conflitos gerados por essas intervenções.

Apesar disso, mesmo que o trabalho de articulação comunitária no cotidiano tenha se desgastado ao longo do tempo, é inegável os ganhos qualitativos em redes de articulações em apoio à Ocupação. O apoio por parte da União dos Movimento de Moradia de São Paulo (UMM/SP), de advogados populares e defensoria pública, do Sindicato dos Químicos, de mandatos parlamentares, da Universidade de Michigan e Universidade de São Paulo, e a presença de um trabalho de longa duração da assessoria técnica, demonstram que o plano geral de urbanização pode ser lido, também, como um instrumento de luta política e de inserção em novos espaços de disputa para conquistas de direitos para a comunidade. A centralidade do Anchieta no cenário de lutas à nível regional, tendo sediado o 1º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, em 2019, bem como sua participação nos dois encontros seguintes, estão entre as potências possíveis em um cenário de atuação na contradição e na precariedade.

Mesmo diante destas mais diversas contradições na atuação e no andamento do trabalho desenvolvido no processo de autourbanização, que contou com inúmeras dificuldades das famílias na consolidação nos lotes definitivos propostos, e diante dos descontínuos e poucos recursos físico-financeiros para viabilização das ações, o trabalho desenvolvido pela assessoria técnica e associação de moradores, a partir da articulação de uma rede de sujeitos, dá as condições para que formas outras de produção social encontrem espaços mais ou menos férteis de desenvolvimento, com lastro na luta política e popular.

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS PARA A OCUPAÇÃO ANCHIETA GRAJAÚ

A proposta de elaboração de um plano geral de urbanização para a Ocupação Anchieta, e sua posterior execução através do processo de autourbanização, configuram-se como instrumentos viabilizados pela parceria entre a assessoria técnica e a associação de moradores, com a contribuição de diferentes parceiros, para fomentar as negociações sobre a regularização fundiária e urbanização do assentamento. Além disso, essa atuação também trouxe mudanças significativas para a realidade das famílias ocupantes, em especial àquelas que já tiveram um lote definitivo indicado e possuíam recursos para iniciar construções mais seguras e salubres, mas também para a comunidade como um todo no

que tange ao desdobramento da resolução do conflito fundiário e os meios para assegurar a permanência das famílias. Esse trabalho ainda possibilitou ampliar a participação das lideranças em espaços públicos e políticos de debate, colocando a ocupação no centro de discussões sobre intervenções em favelas.

Todavia, o processo de autourbanização é repleto de entraves no que diz respeito à execução do plano geral elaborado. Como demonstrado, eles estão relacionados com as dificuldades das famílias para se deslocarem para os lotes, seja pela falta de recursos ou pela descrença com o projeto, ainda que sejam propostos acordos coletivos, já que o projeto em si não traz, necessariamente, melhorias imediatas às condições de vida. A falta de adesão está ligada à incerteza da execução completa do plano, que se relaciona, por sua vez, com a incerteza quanto à obtenção de recursos para continuidade de sua execução, visto que não estão ligados a uma política pública de promoção habitacional e urbanização de longo prazo e de maior alcance territorial.

Este contexto auxilia a compreensão das novas formas de atuação da assessoria técnica Peabiru, não tão mais relacionadas à ação estatal como no passado, e mais ligada a uma parceria com movimentos sociais, com foco na intervenção em ocupações e favelas, como na autourbanização da Ocupação Anchieta Grajaú. Ao mesmo tempo que implica nos entraves discutidos ao longo do texto, há também a promoção da formação política e coletiva da comunidade. Mesmo considerando todas as dificuldades, as intervenções realizadas, ainda que não ocorram no território como um todo, se destacam em meio a precariedade da ocupação e significam melhorias na qualidade de vida dos moradores envolvidos.

Para potencializar a ação no território, é necessário investimento público massivo na transformação espacial da ocupação. Neste sentido, torna-se indispensável que a promoção de habitação e infraestrutura dignas que o plano urbanístico almeja seja realizada em parceria com o Estado, como por exemplo, através de recebimento de recursos do PAC, ou inserido em um programa municipal, como o Programa Mananciais. Torna-se importante que estas parcerias sejam realizadas em diálogo com os sujeitos do território em intervenção, para que suas reivindicações, bem como particularidades geográficas e culturais, sejam levadas em conta no processo. O apontamento da necessidade destas ações, assim como a tentativa de realizá-las, revela-se também como mais um dos papéis

que a assessoria técnica assume ao permanecer nesse campo de ação, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos moradores desses espaços.

Agradecimento

As discussões que fomentaram a escrita deste texto contaram com a contribuição de Caio Santo Amore, Karina Leitão, Paula Custódio de Oliveira, Beatriz Lustosa Ribeiro Cieto e Beatriz Silva Colpani, que integraram a equipe deste trabalho. Aos mesmos, manifestamos nossa gratidão!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial, 2017.

FELTRAN, Gabriel De Santis. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Dez. 2014 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300004>.

HIRATSUKA, Larissa Gabrielle Silva Norito. **Chão, madeirite, tijolo**: sentidos da autoconstrução a partir da Ocupação Anchieta-Grajaú. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023, 244p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a30-do-espac3a70.pdf> Acesso em: 30 out. 2023.

PEABIRU TCA. **Ocupação Anchieta**: relatório da primeira etapa de trabalho realizado com fomento da Universidade de Michigan. 50p. [não publicado]

REIS, Nunes Lopes dos et. al. Projeto para quê? Projeto para quem? Processos, objetivos e potencialidades de projetos de urbanização de favelas. In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. **Dimensões do Intervir em Favelas**: desafios e perspectivas. São Paulo: Peabiru TCA e Lab Laje, 2019. p.177-186.

SÃO PAULO. **Lei Municipal Nº 16.050, de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. São Paulo, SP: Diário Oficial, 2014.

Dados de autoria

Ana Clara Oliveira de Araújo

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP); Arquiteta e Urbanista na Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. E-mail: clara@peabirutca.org.br.

Cíntia Almeida Fidelis

Doutoranda em Serviços Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é Assistente social do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Fundadora da Cooperativa de Trabalho - Mútua, Membro da Assessoria Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Política Urbana, Regularização Fundiária, Planos Populares de Urbanização de Favelas, Conflitos Fundiários e Participação Popular. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9697221110870717>. E-mail: cintia@peabirutca.org.br.

Larissa Gabrielle Silva Norito Hiratsuka

Arquiteta e Urbanista na Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9494-7446>. E-mail: larissa@peabirutca.org.br.

Nunes Lopes dos Reis

Arquiteto e Urbanista na Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. E-mail: nunes@peabirutca.org.br

Victor Martinez Corrêa e Sá

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Arquiteto e Urbanista na Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. E-mail: victor@peabirutca.org.br.